

AZUL

LÍNGUA PORTUGUESA

COM BASE NO TEXTO I, RESPONDA ÀS QUESTÕES DE 01 A 07.

TEXTO I

A MULHER DO VIZINHO

Contaram-me que na rua onde mora (ou morava) um conhecido e antipático general de nosso Exército morava (ou mora) também um sueco cujos filhos passavam o dia jogando futebol com bola de meia. Ora, às vezes acontecia cair a bola no carro do general e um dia o general acabou perdendo a paciência, pediu ao delegado do bairro para dar um jeito nos filhos do sueco.

O delegado resolveu passar uma chamada no homem, e intimou-o a comparecer à delegacia.

O sueco era tímido, meio descuidado no vestir e pelo aspecto não parecia ser um importante industrial, dono de grande fábrica de papel (ou coisa parecida), que realmente ele era. Obedecendo a ordem recebida, compareceu em companhia da mulher à delegacia e ouviu calado tudo o que o delegado tinha a dizer-lhe. O delegado tinha a dizer-lhe o seguinte:

- O senhor pensa que só porque o deixaram morar neste país pode logo ir fazendo o que quer? Nunca ouviu falar numa coisa chamada AUTORIDADES CONSTITUÍDAS? Não sabe que tem de conhecer as leis do país? Não sabe que existe uma coisa chamada EXÉRCITO BRASILEIRO que o senhor tem de respeitar? Que negócio é este? Então é ir chegando assim sem mais nem menos e fazendo o que bem entende, como se isso aqui fosse casa da sogra? Eu ensino o senhor a cumprir a lei, ali no duro: *dura lex!* Seus filhos são uns moleques e outra vez que eu souber que andaram incomodando o general, vai tudo em cana. Morou? Sei como tratar gringos feito o senhor.

Tudo isso com voz pausada, reclinado para trás, sob o olhar de aprovação do escrivão a um canto.

O sueco pediu (com delicadeza) licença para se retirar. Foi então que a mulher do sueco interveio:

- Era tudo o que o senhor tinha a dizer a meu marido?

O delegado apenas olhou-a espantado com o atrevimento.

- Pois então fique sabendo que eu também sei tratar tipos como o senhor. Meu marido não é gringo nem meus filhos são moleques. Se por acaso incomodaram o general ele que viesse falar comigo, pois o senhor também está nos incomodando. E fique sabendo que sou brasileira, sou prima de um major do Exército, sobrinha de um coronel, E FILHA DE UM GENERAL! Morou?

Estarrecido, o delegado só teve forças para engolir em seco e balbuciar humildemente:

- Da ativa, minha senhora?

E ante a confirmação, voltou-se para o escrivão, erguendo os braços desalentado:

- Da ativa, Motinha! Sai dessa ...

(Fernando Sabino)

01. Sobre as maiúsculas no texto, só **não** se pode inferir que foram utilizadas para:

- (A) Referirem-se a expressões que pertencem a um mesmo campo semântico.
- (B) Marcarem, através de recurso gráfico, que tanto a mulher do sueco quanto o delegado se exaltam em determinados momentos de suas falas.
- (C) Graficamente, indicam que duas das personagens do texto alteram o tom de voz, como forma de mostrar quem é a autoridade.
- (D) Obedecer à convenção ortográfica vigente, pois se trata de um texto escrito formal e, nesse caso, nomes próprios grafam-se com maiúsculas.
- (E) Produzir efeitos de sentidos que remetem ao autoritarismo das forças armadas e a tudo o que as envolve.

02. Em “Ora, às vezes acontecia cair a bola no carro do **general** e um dia o **general** acabou perdendo a

AZUL

paciência, (...)” e “O **sueco** pediu (com delicadeza) licença para se retirar. Foi então que a mulher do **sueco** interveio: (...)”, os vocábulos *general* e *sueco* foram utilizados de forma redundante no texto. Ao substituírmos a segunda ocorrência desses vocábulos, fazendo as modificações morfossintáticas necessárias, por elementos anafóricos, teremos, respectivamente:

- (A) ele, sua
- (B) este, ela
- (C) esse, aquela
- (D) o homem, a mulher
- (E) em que ele, cuja mulher

03. Ao transformarmos o fragmento “Não sabe que tem de conhecer as leis do país? Não sabe que existe uma coisa chamada EXÉRCITO BRASILEIRO que o senhor tem de respeitar?”, utilizando outras palavras, mas preservando-lhe o sentido e resguardando-lhe a coerência textual, obteremos as situações abaixo, com uma única **ressalva** para:

- (A) “Não sabe que as leis do país devem ser conhecidas? Não sabe que existe uma coisa chamada EXÉRCITO BRASILEIRO que tem de ser respeitada?”
- (B) “Não sabe que devemos conhecer as leis do país? Não sabe que existe uma coisa chamada EXÉRCITO BRASILEIRO que deve ser respeitada pelo senhor?”
- (C) “Não sabe que tem de conhecer as leis do país? O EXÉRCITO BRASILEIRO é algo que deve ser respeitado pelo senhor.”
- (D) “Não sabe que se tem de conhecer as leis do país? Não sabe que há uma coisa chamada EXÉRCITO BRASILEIRO e que o senhor tem de respeitá-lo?”
- (E) “Não sabe que tem de conhecer as leis do país? O senhor não sabe o que é EXÉRCITO BRASILEIRO e por isso não o respeita.”

04. Sobre o texto, pode-se afirmar que

- (A) os parênteses utilizados no primeiro parágrafo servem para explicar o conteúdo nele expresso.

(B) a aparência física do sueco assustava ao general e, em vista disso, denunciou-o à polícia, utilizando o seguinte subterfúgio: afirmar que os filhos do sueco o incomodavam.

(C) o fato de o delegado saber, posteriormente, que o sueco era um importante empresário o intimida.

(D) o sueco não compreendia português. Tal informação pode ser comprovada com a seguinte passagem: “(...) compareceu em companhia da mulher à delegacia e ouviu calado tudo o que o delegado tinha a dizer-lhe. (...)”

(E) o delegado foi descortês com o sueco, ofendendo a ele e à sua família, chamando-lhe de gringo e a seus filhos de moleques, pois pensava ter, como se diz vulgarmente, “costas largas”.

05. Dentre as alternativas abaixo, qual a única que **não** apresenta uma justificativa plausível que comprove as características presentes no texto, de acordo com a sua tipologia textual predominante?

(A) O texto apresenta elementos, tais como: fatos, personagens, tempo e lugar. Atentando-se para o fato de que, nesses tipos de textos, o tempo e o espaço são limitados.

(B) Há, de forma direta, a interferência do ponto de vista do autor, na medida em que utiliza argumentos que fundamentam a sua opinião a respeito do excesso de poder das forças armadas.

(C) Relata, de forma pessoal, fatos do cotidiano. Isto é, o autor empresta, de forma artística, suas impressões pessoais a um fato do cotidiano.

(D) Apresenta narrador, pois é ele quem faz discorrer o fato, presente no texto.

(E) Há a presença do discurso direto, o que faz dar vida e movimento às personagens do texto.

06. Sobre as estruturas morfossintáticas e semânticas do texto, observe as afirmações a seguir:

I – Na primeira linha do texto, há o uso do verbo na 3ª pessoa do plural. Essa utilização traz, em seu bojo,

AZUL

uma indeterminação para o sujeito da oração onde está inserido, visto não podermos recuperá-lo por outros indícios ao longo da construção textual.

II – No que tange à norma culta do português escrito, ao verbo obedecer deve-se seguir a preposição **a**. No entanto, não é o que ocorre no terceiro parágrafo do texto, pois o que se tem é um sintagma nominal iniciado pelo artigo **a**.

III – O verbo *intimar*, presente no segundo parágrafo do texto, pode ser substituído, sem perda de sentido, pelo verbo *convidar*.

Estão corretas apenas a(s) afirmação(ões):

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) II e III
- (D) II
- (E) I, II e III

07. O autor Fernando Sabino, ao construir seu texto, utiliza, duas vezes, a frase “Morou?” A respeito dessa ocorrência, podemos dizer que:

- (A) Essa utilização, em ambas situações, serve apenas para dar ênfase à pergunta.
- (B) Esse recurso lingüístico demonstra a opinião negativa do autor em relação ao comportamento da mulher do sueco.
- (C) Na segunda ocorrência, a frase é utilizada como uma forma de ironizar e, de certa maneira, ridicularizar a fala do delegado e seu abuso de poder.
- (D) Por ter sido utilizada duas vezes, a frase configura-se em um vício de linguagem, comum na fala de delegados e agentes de polícia.
- (E) Na primeira vez em que é empregada, a frase aparece como um recurso lingüístico-pragmático que serve para chamar à atenção do sueco, pois este estava desatento aos acontecimentos na delegacia.

**COM BASE NO TEXTO II, RESPONDA À
QUESTÃO 08.**

TEXTO II

- Sua mãe ta aí. Você não vai receber?
- Receber por quê? Por acaso ela me deve alguma coisa?

(Sírio Possenti)

08. Pode-se perceber uma barreira na comunicação, no texto II, porque

- (A) a fala de uma das personagens é ambígua, pois, como ficou em aberto o complemento do vocábulo *receber*, não se sabe o que ou quem deve ser recebido.
- (B) a linguagem cifrada dos jovens, como mostra o texto, é característica dessa faixa etária e, às vezes, por falarem pouco, acabam por trazer incompreensões à mensagem.
- (C) a falta de contextualização faz com que a mensagem seja bem compreendida, apesar de uma das personagens não ter entendido o sentido nela expresso.
- (D) como o texto é um fragmento, é difícil para o leitor inferir um sentido apropriado sobre a significação expressa na mensagem.
- (E) a conotação presente na mensagem traz um sentido referencial não previsto pelo leitor, exceto na primeira circunstância.

**COM BASE NO TEXTO III, RESPONDA ÀS
QUESTÕES DE 09 A 11.**

TEXTO III

Tudo não vale nada

À maneira dos ... sírios

Altas horas. O ladrão entrou na casa do velho miserável. Irritado com o tremendo erro – não encontrou absolutamente nada pra roubar –, saiu batendo a porta violentamente. Mas a porta continuou aberta, e, do seu catre, o miserável dono da casa gritou:

- Vê se fecha essa porta, ô desgraçado!

Ao que o ladrão respondeu:

AZUL

- Não admira que a sua casa seja tão miserável, se você é tão vagabundo e preguiçoso que não levanta nem pra fechar a porta depois da casa assaltada.

E aí o miserável dono da casa respondeu:

- De que adiantaria eu me levantar pra fechar a porta, ou fazer alguma coisa, até mesmo trabalhar pra ganhar dinheiro, se no fim ia acabar assaltado por vagabundos como você?

MORAL: o fim é consequência do começo.

(Millôr Fernandes)

09. Com base no texto, no que diz respeito à sua estrutura sintático-semântica, analise as assertivas abaixo, colocando C para as que estiverem certas e E para as que estiverem erradas, assinalando, posteriormente, a alternativa que condiz com a seqüência correta.

I – A expressão “Altas horas”, que inicia o texto, pode ser alterada, sem perda de sentido, por: “Eram altas horas.”

II – No contexto dado, os pares de vocábulos tudo/nada e fim/como não nos levam a inferir um sentido antitético.

III – O advérbio *violentamente*, expresso no primeiro parágrafo, amplia a significação do verbo *bater*.

IV – Em “(...) se você é *tão* vagabundo e preguiçoso *que* não levanta nem pra fechar a porta (...)”, os termos em destaque são considerados elementos correlatos.

(A) E, C, E, C

(B) E, E, E, C

(C) C, E, C, C

(D) E, C, E, E

(E) C, C, E, C

10. Na troca do travessão em “Irritado com o tremendo erro – não encontrou absolutamente nada para roubar –, (...)” por outra construção textual em que se mantenha o sentido original, temos:

(A) “Irritado com o tremendo erro, visto não ter encontrado nada para roubar, (...)”

(B) “Irritado com o tremendo erro, não obstante não ter encontrado nada para roubar, (...)”

(C) “Irritado com o tremendo erro, sobretudo por não ter encontrado nada para roubar, (...)”

(D) “Irritado com o tremendo erro, contudo não encontrou nada para roubar, (...)”

(E) “Irritado com o tremendo erro, à medida que não encontrava nada para roubar, (...)”

11. Em que passagem do texto, transcrita abaixo, há um argumento que comprova a sua moral?

(A) “Tudo não vale nada/À maneira dos ... sírios”

(B) “Irritado com o tremendo erro – não encontrou absolutamente nada pra roubar – saiu batendo a porta violentamente.”

(C) “Mas a porta continuou aberta, e, do seu catre, o miserável dono da casa gritou:”

(D) “- Não admira que a sua casa seja tão miserável, se você é tão vagabundo e preguiçoso que não levanta nem pra fechar a porta depois da casa assaltada.”

(E) “- De que adiantaria eu me levantar pra fechar a porta, ou fazer alguma coisa, até mesmo trabalhar pra ganhar dinheiro, se no fim ia acabar assaltado por vagabundos como você?”

**COM BASE NO TEXTO IV, RESPONDA À
QUESTÃO DE 12.**

TEXTO IV



12. Com base na leitura da tirinha de Maringoni, é **incorreto** afirmar que

- (A) os elementos não verbais corroboram com os elementos verbais, já que as expressões faciais das personagens denotam o constrangimento que sentem pelo encontro inesperado.
- (B) os implícitos presentes na tirinha são importantes como pistas na construção de sentido deixadas pelo autor.
- (C) o humor é obtido pela duplicidade de sentido, pois não temos como saber exatamente o que ocorre no contexto do encontro das personagens.
- (D) um dos efeitos cômicos do texto se dá mediante o desenvolvimento do diálogo, onde nada realmente é dito.
- (E) as reticências são fundamentais para a compreensão do texto como um todo, haja vista que são elas que marcam a falta de assunto no diálogo.

**COM BASE NOS TEXTOS I, II, III E IV,
RESPONDA ÀS QUESTÕES DE 13 A 15.**

13. Os quatro textos apresentam, como suporte lingüístico, o cruzamento das variantes lingüísticas padrão e não-padrão. Tal imbricamento ocorre, porque
- (A) pela natureza das tipologias apresentadas nos textos, pode-se dizer que os autores utilizam a variante não-padrão apenas para marcar a fala das personagens, conferindo-lhe um tom mais informal.
 - (B) o caráter informal dos textos é sempre característico de autores contemporâneos, pois preferem não escrever segundo os cânones do português padrão.
 - (C) a natureza tipológica de cada texto leva os autores, obrigatoriamente, a mesclar variante padrão com variante não-padrão.
 - (D) as variantes se imbricam, pois esse entrecruzamento confere aos textos maior leveza e os aproxima da linguagem utilizada no dia-a-dia.
 - (E) a variante padrão é utilizada para distinguir a “voz” do narrador da fala das personagens. Esta última, em variante não-padrão.

14. Analise as frases arroladas a seguir e as situações nelas expressas, respeitando o contexto em que se apresentam. A seguir, marque a alternativa cujos vocábulos apresentados expressam, pela ordem, as idéias presentes nas frases.

I – Da ativa, Motinha! Sai dessa... (Texto I)

II – Receber por quê? (Texto II)

III – Vê se fecha essa porta, ô desgraçado! (Texto III)

IV – Romeu, há quanto tempo! (Texto IV)

- (A) espanto, surpresa, advertência, alegria.
- (B) admiração, surpresa, zelo, alegria.
- (C) alívio, espanto, susto, surpresa.
- (D) espanto, zelo, advertência, surpresa.
- (E) medo, deboche, zelo, espanto.

15. Sobre as funções da linguagem e a sua predominância nos textos apresentados, só se pode afirmar que

- (A) No texto I, a função em destaque é a emotiva.

AZUL

- (B) No texto II, a função em destaque é a metalingüística.
- (C) No texto III, a função em destaque é a poética.
- (D) No texto IV, a função em destaque é a fática.
- (E) À exceção do texto IV, a função em destaque é a fática.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO AMAPÁ

16. “A redivisão política do país de forma ampliada e considerando os aspectos ocupação, vitalização e recuperação de nossas fronteiras, além de estratégico-militar, somente foi concretizado em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812. [...] A criação de Territórios Federais decorreu por imperativos geopolíticos e de defesa da soberania do Brasil sobre regiões fronteiriças e estratégicas.” (SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do jananismo. Macapá: Editora Gráfica O Dia, 1998, p. 24-25)

Sobre a criação do Território Federal do Amapá é correto afirmar que:

I – A autonomia territorial alcançada pelo Amapá foi questionada pela maioria dos políticos e empresários do Pará. Em função disso, o governador Magalhães Barata, em telegrama enviado ao presidente Getúlio Vargas, declara que a criação do Território do Amapá foi unilateral e desnecessária.

II – Não se procedeu de forma democrática. Não houve consulta plebiscitária, nem entendimento com o Governador do Estado do Pará, Estado do qual foram desmembradas as terras para constituir o Território Federal do Amapá.

III – Para governar o Amapá se manifestaram dois pretendentes, Emanuel de Almeida Moraes e Janary Gentil Nunes. Getúlio Vargas nomeia Janary, tendo em vista seus méritos militares, não haver exercido função civil e amplo conhecimento da região que iria governar.

IV – Houve um impasse quanto ao estabelecimento da capital do território, havendo uma capital de direito (Mazagão) e outra de fato (Macapá). Impasse esse resolvido pelo Presidente da República em Decreto-Lei que determinou que Macapá passasse a ser a capital do Território Federal do Amapá.

- (A) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
- (D) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- (E) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.

17. “A Lei Estadual de Proteção e Acesso à Biodiversidade do Amapá – Lei nº 0388/97 – propõe uma nova relação homem-natureza, onde a distribuição das riquezas provenientes da utilização de recursos naturais seja feita de forma justa e ambientalmente correta, respeitando-se os critérios definidos. [...] Atualmente, não mais se concebe o desenvolvimento somente em função do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento sustentável representa uma alternativa aos modelos ultrapassados de desenvolvimento, propondo novos paradigmas de crescimento econômico e social aliado à pré-servação do meio ambiente.”(CAPIBERIBE, Janete. **Da proteção e acesso à bio-diversidade no Amapá**. P. 23)

Sobre o PDSA, a Lei nº 0388/97 e o Decreto nº 1624/99, é correto afirmar que:

I – A implantação do PDSA no Governo de João Alberto Capiberibe se tornou o maior “marketing” político do seu governo. Com esse programa desenvolveu políticas voltadas para as áreas sociais.

II – O Estado do Amapá, através do Decreto nº 1624/99, reconhece que as comunidades locais e organizações indígenas detêm os direitos exclusivos sobre os seus conhecimentos tradicionais, para tanto, obriga o consentimento formal destas populações para aceitação da proposta de acesso à biodiversidade em terras ocupadas por esses povos.

AZUL

III – João Alberto Capiberibe não enfrentou dificuldades de caráter político-partidário na implantação do PDSA, tendo em vista que o prefeito de Macapá Aníbal Barcelos, apesar de pertencer a um partido de direita (PFL), participou ativamente das discussões metodológicas acerca da implantação PDSA, consci-ente da importância da preservação do meio ambiente.

IV – O PDSA implementou uma série de políticas voltadas para áreas sociais, no entanto, no governo Capiberibe não houve o desenvolvimento de nenhuma política voltada para as comunidades indígenas, nem mesmo a demarcação de suas terras.

- (A) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- (D) Apenas as alternativas I e IV estão corretas.
- (E) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.

18. “ ‘As deserções são um fenômeno constante na história colonial’. Tal afirmação é feita pelo historiador Enrique Peregralli, em seu trabalho *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*, enfocando o período de 1750-1777 [...]. Concentrou sua análise, principalmente, no recrutamento na capitania de São Paulo e nas regiões vizinhas do Paraná e Santa Catarina [...]. Para a Amazônia colonial, o problema do recrutamento e deserção militar aparece como assunto permanente na vasta documentação. As autoridades coloniais e aquelas metropolitanas preocupavam-se sobremaneira com a constante e crescente deserção militar. (GOMES, Flávio dos Santos; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva Nogueira. Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista. In: GOMES, Fávio dos santos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte:** fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos VIII/XIX. Belém: Editora Universitária/UFGA, 1999, p.207-209)

Sobre as deserções no Grão-Pará setecentista é correto afirmar que:

I – Um dos motivos que levava os soldados a desertar era a difícil condição de vida na capitania, a falta de mantimentos e de soldos.

II – Na região de Macapá não há registros de que os soldados desertores fugissem para mocambos formados por desertores, negros, índios e criminosos, ao contrário de outras regiões em que formar mocambos era uma estratégia comum dos soldados fugitivos.

III – Nem sempre os desertores fugiam atravessando a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Muitos desertavam na perspectiva de manterem seus arranjos sociais e familiares, voltando para seus lugares de origem.

IV – Não há registros históricos que indiquem que uma das causas que originava as deserções fossem os maus tratos recebidos nos quartéis.

- (A) Apenas as questões I e II estão corretas.
- (B) Apenas as questões I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as questões I e III estão corretas.
- (D) Apenas as questões II e III estão corretas.
- (E) Apenas as questões II, III e IV estão corretas.

19. De acordo com os seus conhecimentos, sobre a Colônia Agrícola de Clevelândia, fundada em 1922, no município de Oiapoque, é **incorreto** que:

- (A) Por tratar-se de uma zona de fronteira, Clevelândia é guarnecida por um destacamento da Polícia Federal e uma guarnição da Polícia Civil do Estado do Amapá.
- (B) Atualmente a fronteira no Oiapoque, em Clevelândia, é guarnecida por uma Companhia Especial de Fronteira do Exército Brasileiro.
- (C) Foi criada com o objetivo de povoar e nacionalizar a faixa de fronteira com a Guiana Francesa, bem como coibir o contrabando e a atração pela França da área do antigo Contestado França – Brasil.

AZUL

(D) A Colônia serviu de prisão para receber presos políticos revolucionários antigovernistas das insurreições de 1922 e 1924.

(E) Após a chegada dos presos políticos, diminuiu o fluxo imigratório para a Colônia e aumentou a emigração de muitos colonos já estabelecidos devido uma epidemia que vitimou presos e colonos.

20. Observe a figura e analise o texto abaixo:

Figura: Costa oceânica, do Cabo Norte da Amazônia e do trecho sul do Jarí.



“A figura retrata a região de maior concentração dos processos de uso e ocupação do território e de maior diversidade de ambientes naturais, incluindo os maiores centros urbanos, as principais vias de circulação e formas de uso do território, pode ser considerada a região de grandes alterações do meio natural, embora seus ambientes representativos conservem ou aparentem relativa integridade” (Adaptado do IEPA, 2002).

Com base na figura acima, no texto e nos seus conhecimentos, sobre essas regiões, analise as assertivas:

I – O seu seguimento central, a cidade de Oiapoque, é altamente influenciado pela condição de fronteira com o Estado do Pará, com parte do município em plena

expansão agropecuária, em domínio de floresta densa e parte da Reserva Indígena do Waiãpi, no seu perímetro cortado pela BR-156.

II – No seu seguimento sul, uma rodovia estadual constitui-se como via de acesso básico ao distrito de Lourenço, considerado um dos principais pólos de mineração do município de Calçoene e do Estado do Amapá.

III – Os trechos florestados, cortados pela BR-156, são alvo de intensa dinâmica sócio-econômica, seja pelo estabelecimento de assentamentos humanos e conseqüente formação de núcleos habitacionais, seja pelo estabelecimento de benfeitorias ou de atividades produtivas.

IV – O seguimento do Cerrado, entre os municípios de Calçoene e Ferreira Gomes, é marcado pela presença de comunidades rurais, centros urbanos e por formas de usos diversificados, como pequenas propriedades, empresa particular, pecuária extensiva, assentamentos agrícolas, exploração mineral e sítios descontínuos de silvicultura;

V – O Seguimento norte (Camopi/Mazagão/Ramal do Camaipi) é marcado por processos de dinamização estrutural e temporal, e abrange comunidades rurais tradicionais (Carvão, Vila Brasil e Mazagão Velho), pequenos agricultores, alguns proprietários absenteístas e o assentamento agrícola do Cedro.

Estão corretas apenas as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) II, III e V.
- (C) II e V.
- (D) III e IV.
- (E) I, III e V.

CONHECIMENTOS GERAIS (ATUALIDADES)

21. Já foi demonstrado, em laboratório e em estudos de campo, que organismos geneticamente modificados podem causar danos ao ambiente, de diversas formas. A avaliação dos riscos ambientais

AZUL

dessa nova tecnologia, porém, é muito complexa, exigindo critérios científicos e uma abordagem que envolva também as suas implicações econômicas, sociais, sanitárias e éticas. Entre as implicações sobre os possíveis riscos ao meio ambiente decorrentes do cultivo ou liberação de plantas transgênicas estão:

I – A geração de novas pragas e plantas daninhas.

II – O aumento do efeito das pragas já existentes, por meio da recombinação gênica entre a planta transgênica e as espécies filogeneticamente relacionadas.

III – Alteração na dinâmica das comunidades bióticas, levando à perda de recursos genéticos valiosos, seguido da contaminação gênica de espécies nativas.

IV – A perda de biodiversidade.

Estão corretas apenas as assertivas:

(A) I, II e III.

(B) I, III e IV.

(C) II, III e IV.

(D) III e IV.

(E) I, II, III e IV.

22. “A Petrobrás foi criada em 1953, por decreto do presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de tornar o país auto-suficiente em petróleo. Foram necessários mais de cinco décadas de trabalho de várias gerações de profissionais e investimentos pesados, custeados por toda a nação, para que o sonho finalmente se realizasse. Com a entrada em operação da plataforma P-50, na Bacia de Campos (RJ) [...], o país finalmente produzirá mais petróleo do que necessita. [...] A auto-suficiência chega em boa hora, mas ela é fruto também do pífio avanço do PIB brasileiro.” (GUANDALINE, Giuliano; BORSATO, Cíntia. Não sobra petróleo. Falta crescimento. **Veja**. Edição 1953, ano 39, nº 16, 26 de abril de 2006, p.95)

Com base no texto e em seus conhecimentos sobre a auto-suficiência brasileira em relação à produção de petróleo, é correto afirmar que:

I – A auto-suficiência na produção de petróleo só foi possível de se viabilizar agora por dois motivos. Um deles é negativo: o baixo crescimento econômico do país. O segundo é positivo: a diversificação da matriz energética, com o aumento da utilização de gás natural e do álcool combustível.

II – Se o Brasil tivesse crescido a taxas semelhantes à da economia mundial, a auto-suficiência em relação à produção de petróleo ainda demoraria alguns anos para chegar. Quanto maior a atividade econômica, maior demanda por combustíveis.

III – A auto-suficiência em relação à produção de petróleo funciona como um colchão que absorve os solavancos provocados por crises externas, mas não resolve todos os problemas. Não significará, por exemplo, uma diminuição nos preços dos combustíveis nos postos de gasolina.

IV – Sem as técnicas desenvolvidas nos laboratórios da Petrobrás, principalmente no que diz respeito à exploração em águas profundas, o Brasil ainda estaria bem distante da auto-suficiência em produção de petróleo.

(A) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

(B) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.

(C) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

(D) Apenas as alternativas II, e IV estão corretas.

(E) Todas as alternativas estão corretas.

23. “Superintendente da PF diz que investigações sobre roubo em museu não pararam com Carnaval

A Superintendência da Polícia Federal (PF) no Rio de Janeiro busca pistas que levem aos culpados pelo roubo, na última sexta-feira, de obras de arte de mestres da pintura internacional (...)

Em entrevista à Agência Brasil, o superintendente do órgão, José Milton Rodrigues, afirmou hoje que ‘a investigação não parou com o Carnaval’. Ainda não há novidades, mas ele espera em breve uma resposta aos retratos falados de dois

AZUL

suspeitos, divulgados pela PF, além do retorno das impressões digitais tiradas no local.

Rodrigues não adiantou detalhes sobre o andamento das investigações. Ele disse que tudo é possível, desde ter alguma notícia no fim da tarde de hoje ou até no decorrer da próxima semana.”

Repórter da Agência Brasil, Alana Gandra, 27/02/2006

No dia 24 de fevereiro de 2006, quatro homens armados assaltaram um Museu no Rio de Janeiro e levaram os quatro quadros considerados mais valiosos (*A Dança, de Pablo Picasso; Marine, de Claude Monet; Dois balcões, de Salvador Dali; e Jardim de Luxembourg, de Henri Matisse; além do livro Toros, também de Picasso*). Segundo especialistas, as telas teriam valor superior a U\$ 50 milhões.

É correto afirmar que o roubo ocorreu no:

- (A) Museu Castro Maya Chácara do Céu.
- (B) Museu de Arte Moderna.
- (C) Museu do Parque Lage.
- (D) Museu Oscar Niemeyer.
- (E) Museu do Paço Imperial.

24. Leia o texto abaixo:

“Recentemente, o presidente Evo Morales determinou que o Exército ocupasse refinarias e campos de exploração de petróleo e gás, que passarão a ser controlados pela empresa estatal YPFB. A decisão afeta 20 empresas multinacionais que exploram petróleo e gás no país vizinho”.

(Adaptado Folha Online)

http://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u1073_52.shtml

De acordo com o texto e com os seus conhecimentos é correto afirmar:

I – A decisão peruana de decretar a nacionalização do gás e do petróleo mantém as margens de lucro das empresas exploradoras, pois os preços desses produtos são garantidos através de contratos.

II – A Petrobrás será obrigada a aceitar o reajuste de preços para evitar o desabastecimento de gás no Brasil.

III – A Petrobrás tem o direito de acionar um tribunal de arbitragem internacional contra a decisão peruana sob a argumentação de haver investido no país vizinho.

VI – Com a decisão do governo boliviano de nacionalizar o gás e o petróleo, a Petrobrás, perderá o controle sobre seus ativos no país.

V – Antes do decreto do gás e petróleo, o governo do boliviano já havia expulsado a siderúrgica brasileira EBX, o que gerou manifestações em várias cidades do país devido à perda de empregos.

Estão corretas somente as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) II, III e V.
- (C) II, IV e V.
- (D) III e V.
- (E) II e IV.

25. O último Prêmio Nobel de Literatura foi dado ao escritor

- (A) Camilo José Cela.
- (B) Antônio de Figueiredo.
- (C) Gao Xingjian.
- (D) José Saramago.
- (E) Toni Morrison.

CONHECIMENTO DE INFORMÁTICA

26. Com relação ao editor de textos Microsoft Word 2000 em português, analise as afirmações abaixo:

- I- O alinhamento dos parágrafos pode ser feito à esquerda, centralizado, à direita e justificado.
- II- Marcadores e numeração de parágrafos são recursos que ainda não foram incluídos no programa.
- III – A seção que se repete em todas as páginas na parte superior do documento é denominada cabeçalho.

AZUL

IV – Considerando-se as configurações originais, a tecla de atalho **CTRL + P** salva o arquivo no disco rígido.

Indique a alternativa correta:

- (A) Todas as afirmações estão incorretas.
- (B) Todas as afirmações estão corretas.
- (C) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmações II e IV estão corretas.
- (E) Apenas a afirmação I está correta.

27. Analise as seguintes afirmações, quanto à planilha eletrônica Microsoft Excel 2000 em português:

I – A fórmula utilizada para efetuar e retornar o somatório de todos os valores de uma determinada lista ou seleção é “CONT.NÚM()”

II – Recursos de formatação como alterar a fonte, a cor e o tamanho dos valores das células, ainda não foram incorporados ao programa.

III – “MÉDIA()” é uma função de estatística que está disponível no aplicativo.

IV – Ao imprimir uma planilha, é possível configurar a página para a orientação “retrato” ou “paisagem”.

Indique a alternativa correta:

- (A) Todas as afirmações estão incorretas.
- (B) Apenas as afirmações III e IV estão corretas
- (C) Todas as afirmações estão corretas.
- (D) Apenas a afirmação IV está correta.
- (E) Apenas a afirmação III está correta.

28. Analise as seguintes afirmações, quanto à organização dos arquivos em um computador, cujo único sistema operacional instalado é o Windows XP em português, e marque somente a alternativa correta.

(A) Através do Windows Explorer é possível acessar informações que estão compartilhadas em outros computadores, mesmo que o usuário não tenha permissão e que os computadores não estejam conectados em rede.

(B) No Windows Explorer, quando a opção “modos de exibição” estiver na opção “LISTA”, é possível visualizar o tamanho e a data de modificação do arquivo.

(C) No ícone “Meu computador”, disponível no *desktop*, é possível visualizar as unidades de disco rígido e os dispositivos de armazenamento removível.

(D) Não é possível mover arquivos entre pastas, clicando-se com o botão principal do *mouse* e arrastando para a pasta desejada.

(E) O Windows XP não permite a criação de arquivos com nomes acentuados.

29. A figura abaixo mostra uma tela de trabalho do Microsoft Excel 2000 em português, que contém uma planilha na qual são mostradas ocorrências policiais. Considerando as configurações originais do programa, assinale a opção correta:

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	DELEGACIA XYZ							
2								
3	OCORRÊNCIAS REGISTRADAS							
4								
5		JAN	FEV	MAR				
6	Bairro A	13	42	18				
7	Bairro B	56	87	43				
8	Bairro C	87	132	64				
9								
10								
11								
12								

(A) Ao clicar na célula E6 e digitar **=SOMA(B6+D6)** o resultado que aparecerá em E6 será 73.

(B) Ao clicar na célula E6 e digitar **=SOMA(B6-D6)** o resultado que aparecerá em E6 será 73.

(C) Ao clicar na célula E6 e digitar **=SOMA(B6/D6)** o resultado que aparecerá em E6 será 73.

(D) Ao clicar na célula E6 e digitar **=SOMA(B6:D6)** o resultado que aparecerá em E6 será 73.

(E) Ao clicar na célula E6 e digitar **=SOMA(B6*D6)** o resultado que aparecerá em E6 será 73.

AZUL

30. Analise as afirmações, quanto à internet e ao correio eletrônico, indicando **(V)** para **verdadeiro** ou **(F)** para **falso**:

() – O Microsoft Explorer é o único *browser* ou navegador disponível para acessar o conteúdo das páginas na internet.

() – *Download* é o procedimento utilizado para transferir informações de páginas da internet para o seu computador.

() – A barra de endereço no Microsoft Explorer é o local onde é digitado o *login* e a senha para acessar os e-mails.

() – Arquivos anexados em mensagens de e-mail podem conter vírus, que são programas capazes de infectar outros programas e arquivos de um computador.

Indique a seqüência correta, respectivamente:

(A) F – V – F – V

(B) V – V – V – V

(C) F – F – F – F

(D) F – F – V – V

(E) F – V – F – F

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Uma das opções abaixo não constitui um dos deveres funcionais do policial civil:

(A) Cumprir, rigorosamente, às ordens superiores, salvo quando manifestamente ilegais.

(B) Atender prontamente a convocações superiores para o desempenho de missões policiais, exceto quando estiver em período de descanso regulamentar, e desde que garantido o direito à percepção do adicional por prestação de serviço extra-ordinário, remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho, respeitado o limite de 02 (duas) horas por jornada.

(C) Residir onde exerça seu cargo ou função, quando lotado em unidade policial localizada no interior do Estado.

(D) Manter conduta pública e privada compatível com a ética e moralidade exigidas para o exercício de cargo policial.

(E) Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder que presenciar ou vir a tomar conhecimento.

32. Conforme a Lei Orgânica da Polícia Civil, todos os itens abaixo são atribuições do Delegado de Polícia, **exceto**:

(A) Proceder à verificação e exame dos atos ilícitos chegados a seu conhecimento, tomando as providências jurídicas que o caso requer.

(B) Apreender objetos que tiverem relação com fatos delituosos, promover diligências, solicitar informações, exames periciais, remoções e produção de documentos necessários à formalização da prova criminal.

(C) Pesquisar vida pregressa dos indiciados ou autuados em flagrante delito.

(D) Dirigir, coordenar, super-visionar e fiscalizar as atividades administrativas e operacionais do órgão e unidades policiais, dirigindo e orientando a investigação criminal e todos os atos de polícia judiciária da respectiva alçada.

(E) Instaurar e presidir, com exclusividade, inquéritos policiais, termos circunstanciados, autos de prisão em flagrante e demais procedimentos de sua competência, cabendo-lhe, privativamente, o indiciamento decorrente do livre convencimento jurídico-penal.

33. O policial civil manterá observância, tanto mais rigorosa, quanto mais elevado for o grau hierárquico, dos seguintes preceitos, entre outros, que constituem o Código de Ética Policial:

I – Defender o inocente e o fraco contra o engano e a opressão.

II – Ser inflexível, porém justo, no trato com os delinquentes.

III – Considerar medida extrema o uso de arma de

AZUL

fogo.

IV – Considerar a corrupção e o abuso de autoridade incompatíveis com a profissão policial.

V – Jamais se valer da autoridade para obtenção de proveito pessoal.

Relativamente aos preceitos apresentados acima, podemos concluir que:

(A) Nenhum deles é preceito do Código de Ética Policial.

(B) Apenas o item II está incorreto.

(C) Apenas o item III está incorreto.

(D) Apenas os itens II, III, IV estão corretos.

(E) Todos são preceitos do Código de Ética Policial.

34. Sobre vencimento e remuneração dos Servidores Públicos, é **errado** se afirmar que:

(A) em nenhuma hipótese, o vencimento e a remuneração será objeto de arresto, seqüestro ou penhora.

(B) vencimento é a retribuição pecuniária atribuída ao servidor pelo efetivo exercício de cargo público, com valor fixado em Lei específica.

(C) remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias, previstas em Lei.

(D) é assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

(E) o Servidor perderá parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 30 (trinta) minutos.

35. Dos institutos abaixo, qual está definido corretamente?

(A) Ascensão é o avanço anual do servidor de uma referência para a seguinte, na mesma classe, na escala de vencimentos estabelecida em Lei específica, desde que, no período aquisitivo, não tenha ausência

injustificada ao serviço ou sofrido pena disciplinar.

(B) Progressão é a passagem do servidor estável de uma classe para a imediatamente superior àquela que ocupa na respectiva carreira, obedecidos aos critérios de avaliação de desempenho, qualificação profissional e cumprimento de adequado interstício.

(C) Para primeira promoção na carreira, o interstício não poderá ser inferior a 03 (três) anos de efetivo exercício na classe.

(D) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

(E) Promoção é a passagem do servidor na mesma carreira, da última classe de um nível para o nível imediatamente superior, sendo posicionado no padrão de vencimento imediatamente superior àquele em que se encontrava.

36. Para viabilizar a realização de suas atividades, bem como satisfazer o bem comum, o ordenamento jurídico confere à Administração Pública uma gama de poderes, a fim de instrumentalizar a realização de suas tarefas administrativas. De acordo com tal enunciado é correto afirmar que:

(A) no Direito brasileiro, a Constituição Federal de 1988 limitou consideravelmente o poder regulamentar, deixando espaço para os regulamentos executivos e regulamentos autônomos.

(B) o poder disciplinar reveste-se de discricionariedade, haja vista que, nos procedimentos previstos para apuração de falta, os Estatutos funcionais não estabelecem regras rígidas como as que se impõem na esfera criminal.

(C) entende-se por poder de polícia a atividade estatal (vinculada, auto-executável e coercitiva) que limita o exercício dos direitos individuais em benefício da segurança.

(D) o poder hierárquico garante a atuação da Administração, e se concretiza tão-somente através de relações de subordinação entre órgãos administrativos e os diversos servidores públicos.

AZUL

(E) os regulamentos são normas expedidas pelo Poder Executivo, cuja finalidade é facilitar a execução da lei, e que se exteriorizam por meios de instruções normativas.

37. Assinale abaixo, a opção correta.

(A) O Poder Judiciário, ao exercer o controle jurisdicional, não deve se restringir ao exame estrito da legalidade do ato administrativo, mas entender por legalidade ou legitimidade não só a conformação do ato com a lei, como também com a moral administrativa e com o interesse coletivo.

(B) O princípio da eficiência nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal.

(C) O princípio da razoabilidade, como vetor interpretativo, deverá pautar a atuação vinculada do Poder Público, garantindo-lhe a constitucionalidade de suas condutas e impedindo a prática de arbitrariedades.

(D) O princípio da supremacia do interesse público, também conhecido por princípio da impessoalidade, consiste no direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum.

(E) O princípio da presunção de legitimidade caracteriza-se pela existência de uma presunção juris et de juri de veracidade e legalidade de todos os atos praticados pela Administração Pública.

38. O combate específico à improbidade administrativa constitui uma das bandeiras de luta do Estado Democrático de Direito. Baseando-se em tal afirmativa, marque a opção correta.

(A) Os atos de improbidade administrativa, por serem de natureza civil, são descrições mais genéricas e conceituais do que as exigidas pelo Direito Penal, possibilitando uma interpretação mais construtiva por parte da doutrina e da jurisprudência.

(B) Constitui ato de improbidade e enriquecimento ilícito, a conduta do agente que facilita ou concorre por

qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens integrantes do acervo patrimonial de órgão da Administração direta.

(C) A Constituição Federal prevê, em seu art. 15, inciso V, sanções mínimas e obrigatórias pela prática de qualquer ato que importe em improbidade administrativa, dentre as quais: perda dos direitos políticos, ressarcimento ao erário público e suspensão da função pública.

(D) Atos de improbidade administrativa são aqueles que ferem direta ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da administração pública, importando, obrigatoriamente, enriquecimento ilícito ou prejuízo material ao erário público.

(E) Constitui ato de improbidade lesivo ao patrimônio público a conduta do agente que utiliza, em obra ou serviço particular, veículos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades pertencentes à Administração indireta.

39. É **correto** afirmar, em relação aos Contratos Administrativos, que o cumprimento dos encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas:

(A) é de responsabilidade exclusiva do contratado, porém a Administração responde solidária-mente com o contratado pelos encargos previdenciários.

(B) é de responsabilidade da Administração Pública e do contratado.

(C) é de responsabilidade exclusiva da Administração Pública.

(D) é de responsabilidade da Administração Pública, quando não satisfeito pelo contratado.

(E) é de responsabilidade do contratado, quando não satisfeito pela Administração Pública.

40. O Estado muitas vezes causa danos ou prejuízos aos indivíduos, gerando a obrigação de reparação patrimonial, decorrente da responsabilidade civil. Tomando por base tal afirmação é correto dizer que:

AZUL

(A) se o Estado, por suas pessoas jurídicas, causar danos aos indivíduos, deve reparar esses danos, indenizando-os, desde que tenha agido com dolo ou culpa.

(B) a responsabilidade civil do Estado confunde-se com a responsabilidade criminal e administrativa dos agentes públicos.

(C) a indenização do dano deve abranger o que a vítima efetivamente perdeu, o que despendeu, excluindo-se apenas o que deixou de ganhar por força do ato lesivo.

(D) no âmbito penal, em atenção à autoridade da coisa julgada, à liberdade e independência dos magistrados, predomina o princípio da irresponsabilidade do Estado.

(E) cabe ação regressiva contra o servidor público, no caso de a pessoa pública ter sido conde-nada a indenizar em razão de ato lesivo praticado pelo servidor por dolo ou culpa.

41. Marque a alternativa correta.

(A) A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados membros.

(B) Inexistindo Lei Federal sobre normas gerais, os Estados membros exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

(C) A superveniência de Lei Federal sobre normas gerais revoga a Lei Estadual, no que lhe for contrário.

(D) No âmbito da legislação comum, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

(E) Os Estados Membros não podem legislar sobre normas gerais.

42. Nos termos do art. 5º, LXVIII, da Constituição Federal, conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Baseando em tal garantia constitucional, marque a alternativa correta.

(A) A detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns, na vigência de estado de sítio, não autoriza a impetração de *habeas corpus*.

(B) Para impetração de *habeas corpus*, é necessário obedecer aos chamados pressupostos processuais ou condições da ação, inclusive da capacidade postulatória.

(C) O *habeas corpus* trata-se de ação de natureza criminal, que consiste em proporcionar acesso célere ao Poder Judiciário contra atos que violem a liberdade de locomoção.

(D) O *habeas corpus* pode ser utilizado em relação às punições disciplinares de caráter militar.

(E) Não é cabível *habeas corpus* para aferir os pressupostos formais da aplicação de punição disciplinar na ordem militar, tais como a hierarquia da autoridade sancionadora e da sancionada.

43. Em relação ao Poder Constituinte, é correto afirmar que:

(A) o Poder Constituinte, ao criar uma nova Constituição, deve respeitar algumas normas de Direito Internacional e os direitos naturais da pessoa humana.

(B) as limitações circunstanciais ao poder de emenda à Constituição Federal são de caráter absoluto, e impedem a votação e a promulgação de toda e qualquer emenda à Carta Magna.

(C) o Poder Constituinte Originário condiciona a aprovação de emendas constitucionais a um determinado quorum especial e à sanção do Presidente da República.

(D) a elaboração de Constituição Estadual é resultado da atuação do Poder Constituinte Originário.

(E) tecnicamente, Reforma, Emenda e Revisão Constitucional são expressões equivalentes.

AZUL

44. O princípio da supremacia constitucional requer que todas as situações jurídicas se conformem com os preceitos da Constituição, sob pena de inconstitucionalidade. Baseando em tal afirmativa é correto afirmar que:

(A) Projeto de lei de iniciativa de Deputado Federal que disponha sobre criação e extinção de Ministérios apresenta inconstitucionalidade formal objetiva.

(B) Verifica-se a inconstitucionalidade superveniente quando nova norma constitucional surge e dispõe em contrário de uma lei ou de outro ato precedente.

(C) Nos termos da Constituição Federal, o Poder Legislativo não pode exercer controle de constitucionalidade repressivo em nenhuma hipótese.

(D) O sistema de controle por via de ação permite o controle da norma in concreto por meio de ação de inconstitucionalidade prevista formalmente no texto constitucional.

(E) A Constituição Federal admite o controle concentrado da constitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal.

45. Marque a alternativa correta, em relação aos direitos fundamentais.

(A) É possível, no conflito de dois direitos fundamentais, conferir-se vigência a um em detrimento do outro.

(B) A recusa ao cumprimento de obrigação legal a todos imposta é hipótese de suspensão de direitos políticos.

(C) É inconstitucional uma lei que preveja, para o crime de racismo, a pena restritiva de liberdade de detenção.

(D) O contraditório e a ampla defesa são assegurados no inquérito policial.

(E) Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal.

46. Com relação à organização político-administrativa do Estado Brasileiro, marque a alternativa correta.

(A) A fusão de Municípios far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por lei ordinária federal, e dependente de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos no processo.

(B) Os Estados-membros não podem recusar fé aos documentos públicos da União, facultando-se-lhes, porém, recusar o reconhecimento de documentos de outros Estados.

(C) Nos Territórios Federais, com mais de duzentos mil habitantes, além do Governador, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instâncias e membros do Ministério Público.

(D) Enquanto unidade federada com autonomia parcialmente tutelada, o Distrito Federal possui somente competência legislativa estadual.

(E) A União é pessoa jurídica de direito público interno com capacidade política, e ora se manifesta em nome próprio, ora se manifesta em nome da Federação.

47. Quando o assunto é Imunidade Parlamentar, é correto afirmar que:

(A) a imunidade material constitui causa de irresponsabilidade.

(B) a imunidade material possui eficácia temporal limitada.

(C) a imunidade formal possui eficácia temporal absoluta.

(D) a imunidade material é de ordem particular, razão pela qual pode ser renunciada pelo congressista.

(E) o parlamentar licenciado para exercer outro cargo fora do Parlamento mantém sua imunidade formal e material.

48. Quando o Poder Executivo produz determinado ato normativo que exorbite do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, competirá ao Congresso Nacional

(A) sustar o ato normativo.

AZUL

(B) negar o referendo indispensável à eficácia do ato normativo.

(C) emendar o ato, para que se enquadre aos limites da delegação legislativa.

(D) extinguir o poder regulamentar.

(E) argüir a inconstitucionalidade do ato normativo.

49. Em relação às Comissões Parlamentares de inquérito, é correto afirmar que:

(A) podem determinar a interceptação telefônica de pessoa submetida à sua investigação.

(B) podem determinar a busca e apreensão de documentos, no domicílio de pessoa submetida à sua investigação.

(C) podem decretar quaisquer hipóteses de prisão.

(D) podem determinar quebra de sigilo bancário e fiscal de pessoa submetida à sua investigação.

(E) podem determinar a aplicação de medidas cautelares (indisponibilidade de bens, proibição de ausentar-se do país, arrestos) de pessoa submetida à sua investigação.

50. No concernente aos Direitos Sociais, é correto afirmar:

(A) É obrigatória, nos termos da Constituição Federal, a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

(B) A Constituição Federal assegura jornada de cinco horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

(C) É permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional, na mesma base territorial.

(D) A proteção contra a despedida arbitrária ou sem justa causa há de ser disciplinada em lei ordinária.

(E) A Constituição assegura de forma absoluta a irredutibilidade do salário.

- Levando em consideração as questões de 51 a 100, analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

51.

I – O auto-aborto é crime próprio, instantâneo, de forma livre, comissivo, material, de dano, unissubjetivo, doloso, e plurissubsistente.

II – A extorsão mediante seqüestro é crime comum, complexo, doloso, formal, permanente, unissubjetivo e plurissubsistente.

III – O peculato é crime próprio, material, de forma livre, instantâneo, unissubjetivo e plurissubsistente.

(A) Estão corretas todas as alternativas.

(B) Estão erradas todas as alternativas.

(C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.

(D) Está correta apenas a alternativa I.

(E) Está correta apenas a alternativa III.

52.

I – Em relação ao nexos causal, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da causalidade adequada, que não distingue entre causa, condição e ocasião.

II – A causa antecedente relativamente independente exclui a imputação penal.

III – Responde por homicídio o delegado de polícia que, em serviço, podendo agir para evitar o resultado, não impede que o delinqüente mate terceiro na sua presença.

(A) Estão corretas todas as alternativas.

(B) Estão erradas todas as alternativas.

(C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.

(D) Está correta apenas a alternativa I.

(E) Está correta apenas a alternativa III.

53.

I – O agente aponta a arma para a vítima, desfere dois tiros e, imaginando-a morta, afasta-se do local do crime. A vítima sobrevive: hipótese de tentativa perfeita.

II – O agente desfere duas facadas na vítima. Quando vai desferir a facada mortal, atende pedido de terceiro e vai embora. A vítima sobrevive: hipótese de desistência voluntária.

AZUL

III – O agente dispara três tiros contra a vítima. A vítima começa a gritar e o agente, assustado com a aproximação de pessoas, sai correndo. A vítima sobrevive: hipótese de tentativa imperfeita.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

54.

I – Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a prolação da sentença, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

II – O flagrante provocado ou preparado e o flagrante esperado não são puníveis de acordo com Súmula do STF.

III – Para o reconhecimento do crime impossível, imprescindível que o meio seja absolutamente ineficaz ou que o objeto seja absolutamente impróprio.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

55.

I – A lei temporária não possui ultratividade.

II – Retroatividade é a aplicação de uma lei penal benéfica, já revogada, a um fato ocorrido durante o período da sua vigência.

III – De acordo com o STF, se o agente inicia a execução do crime permanente sob a vigência de uma lei e a consumação só ocorre quando já em vigor nova lei, mais rigorosa, esta deverá ser aplicada, ainda que prejudicial ao agente.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.

(D) Está correta apenas a alternativa I.

(E) Está correta apenas a alternativa III.

56.

I – Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza privada, onde quer que se encontrem.

II – A extraterritorialidade incondicionada aplica-se aos crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.

III – A sentença penal estrangeira pode ser homologada no Brasil para sujeitar o condenado ao cumprimento de pena.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

57.

I – A discriminante putativa isenta de pena, mas não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

II – O erro sobre a pessoa não isenta de pena e, nesse caso, considera-se praticado o crime contra a vítima pretendida e não contra a vítima efetiva.

III – O erro de proibição, se escusável, isenta de pena; se inescusável, poderá diminuí-la, de um sexto a um terço.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

58.

I – Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.

AZUL

II – Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado dolosamente.

III – A diferença entre a culpa consciente e o dolo eventual é que, neste último, ao contrário da primeira, o agente tem a previsão do resultado.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

59.

I – O crime de quadrilha ou bando, previsto no art. 288 do CP, exige o número mínimo de três pessoas.

II – A utilização de papel-moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato e não de falsificação de moeda.

III – A diferença básica entre a falsidade ideológica e a falsidade material é que naquela altera-se a forma do documento, construindo um novo ou alterando o que era verdadeiro e nesta altera-se o conteúdo, que pode ser total ou parcial.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa II.

60.

I – Comete prevaricação o policial que se apropria de valores de preso, cuja guarda lhe foi confiada.

II – Pratica concussão o funcionário público que solicita para si, diretamente, em razão da função, vantagem indevida.

III – A consumação do crime de abandono de função exige que o tempo de abandono seja relevante, mas dispensa a probabilidade de dano para a administração pública.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.

(B) Estão erradas todas as alternativas.

(C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.

(D) Está correta apenas a alternativa I.

(E) Está correta apenas a alternativa III.

61.

I – Caracteriza abuso de autoridade levar à prisão ou nela deter quem se proponha a prestar fiança, permitida em lei.

II – As penas de multa, de detenção e de perda do cargo podem ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a Lei n.º 4.898/65.

III – Para os efeitos da Lei n.º 4.898/65, considera-se autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

62.

I – Consuma-se o crime de tráfico o fato de o agente trazer consigo, para uso próprio, substância entorpecente.

II – As penas cominadas na Lei n.º 6.368/76 são duplicadas quando o tráfico for com o exterior.

III – É isento de pena o agente que, em razão da dependência, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da conduta, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, qualquer que tenha sido a infração por ele praticada.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

AZUL

63.

I – Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a venda de mercadoria por preço inferior ao oficialmente tabelado.

II – É circunstância agravante específica dos crimes tipificados no Código do Consumidor, ter o agente cometido à infração para facilitar a execução de outro crime.

III – O Código de Defesa do Consumidor permite a cumulação das penas privativas de liberdade e de multa com a publicação em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

64.

I – A denúncia à autoridade da ocorrência de um crime, feita por um médico, no exercício profissional, é exemplo de exercício regular de direito.

II – A intervenção cirúrgica, sem o consentimento do paciente, quando este estiver correndo risco de vida, é exemplo de estrito cumprimento do dever legal.

III – A reação contra ataque de animal que se encontra na rua, sem que seja incitado por ninguém, constitui legítima defesa.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

65.

I – É inimputável o agente que, por perturbação de saúde mental, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do

fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

II – As condições de caráter pessoal não se comunicam quando elementares do crime.

III – A pena de detenção pode ser cumprida em regime inicial fechado se o condenado é reincidente em crime doloso.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

66.

I – Os crimes omissivos próprios não admitem concurso formal.

II – No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

III – O cumprimento de pena no estrangeiro pelo agente é causa suspensiva da prescrição.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

67.

I – O agente induz a vítima a pular em um lago, com a intenção de que esta morra. A vítima sobrevive milagrosamente e sai ilesa da água. O agente responde por tentativa de induzimento a suicídio.

II – As lesões corporais culposas admitem o perdão judicial.

III – Os crimes de calúnia, difamação e injúria têm as penas aumentadas de um terço quando praticados contra funcionário público, em razão de suas funções.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.

AZUL

- (D) Está correta apenas a alternativa I.
(E) Está correta apenas a alternativa III.

68.

I – De acordo com o STF e o STJ, para o reconhecimento da causa de aumento do repouso noturno, não tem qualquer importância o fato de a casa, onde ocorreu o furto, estar habitada e seu morador dormindo.

II – Para o STF, há crime de latrocínio consumado quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

III – O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal, consoante o STF.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
(B) Estão erradas todas as alternativas.
(C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
(D) Está correta apenas a alternativa I.
(E) Está correta apenas a alternativa III.

69.

I – Os crimes contra a propriedade imaterial admitem ação penal de iniciativa privada, pública condicionada e pública incondicionada.

II – Os crimes contra a organização do trabalho que ofendem tanto os interesses coletivos quanto os interesses individuais são da competência da Justiça Federal.

III – O crime de bigamia ocorre quando o agente, sendo casado, contrai novo casamento ou estabelece união estável, já que a Constituição Federal reconhece a união estável como entidade familiar, para efeito de proteção do Estado.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
(B) Estão erradas todas as alternativas.
(C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
(D) Está correta apenas a alternativa I.
(E) Está correta apenas a alternativa III.

70.

I – Não constitui assédio sexual o ato de delegado de polícia que constrange uma delegada de polícia, com o intuito de obter favorecimento sexual, sendo ambos do mesmo nível hierárquico.

II – Consoante o STF, os crimes de estupro e de atentado violento ao pudor são de espécies diferentes, de maneira que pode existir concurso material entre essas infrações.

III – Os crimes de atentado violento ao pudor e de estupro, praticados mediante violência ficta, não são considerados hediondos, segundo posição atual do STF.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
(B) Estão erradas todas as alternativas.
(C) Estão corretas apenas as alternativas I e II.
(D) Estão corretas apenas as alternativas I e III.
(E) Está correta apenas a alternativa III.

71.

I – A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de seis meses a cinco anos.

II – A lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor tem a pena aumentada de até dois terços, se o agente não possuir carteira de habilitação.

III – Como o Código de Trânsito impôs pena distinta ao homicídio culposo em relação ao homicídio culposo do Código Penal, sendo o primeiro lei posterior, a pena aplicável a todos os homicídios culposos passa a ser a dele.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
(B) Estão erradas todas as alternativas.
(C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
(D) Está correta apenas a alternativa I.
(E) Está correta apenas a alternativa III.

72.

I – O porte de arma de fogo constitui crime e o porte de arma branca constitui contravenção penal.

AZUL

II – No crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena.

III – O crime de calúnia previsto na Lei de Imprensa (Lei n.º 5.250/67) admite exceção da verdade contra os ministros do Supremo Tribunal Federal, mas não a admite contra o Presidente da República.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

73.

I – Constitui contravenção penal, punível com prisão simples ou multa, a retenção de qualquer documento de identificação pessoal.

II – Caracteriza crime contra o sistema financeiro emitir títulos mobiliários falsos ou falsificados.

III – Os crimes contra os idosos são de ação pública incondicionada e a eles não se aplicam às imunidades previstas nos artigos 181 e 182 do Código Penal.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

74.

I – Algumas causas de diminuição de pena da Parte Geral do Código Penal não podem ser aplicadas aos crimes hediondos. Dentre elas, pode-se citar o arrependimento posterior e a semi-imputabilidade.

II – O Pleno do STF decidiu que as penas privativas de liberdade aplicadas aos crimes hediondos podem ser substituídas por penas restritivas de direitos, desde que preenchidos os requisitos legais.

III – O condenado por crime hediondo tem que cumprir mais da metade da pena para obter o sursis.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.

(C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.

(D) Está correta apenas a alternativa I.

(E) Está correta apenas a alternativa III.

75.

I – Caracteriza crime resultante de preconceito, estabelecido pela Lei n.º 7.716/89, impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.

II – Constitui efeito da condenação da Lei n.º 7.716/89, para o servidor público, a inabilitação para o exercício do cargo pelo prazo de três anos.

III – A promessa ou efetiva entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa, é crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e está sujeito a ação penal pública condicionada.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

76.

I – As penas restritivas de direitos previstas na Lei de Crimes Contra o Meio Ambiente (Lei n.º 9.605/98) são a prestação de serviços à comunidade, a interdição temporária de direitos, a suspensão parcial ou total de atividades, a prestação pecuniária e o recolhimento domiciliar.

II – O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é circunstância que atenua as penas previstas na Lei n.º 9.605/98.

III – Ter o agente cometido a infração facilitada por funcionário público no exercício de suas funções é circunstância agravante prevista na Lei n.º 9.605/98.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

AZUL

77.

I – É crime de “lavagem” (Lei n.º 9.613/98) ocultar a propriedade de bens provenientes diretamente de crime de roubo.

II – A Lei n.º 9.613/98 prevê a delação premiada, permitindo que o juiz reduza a pena, estabeleça o regime aberto, conceda o perdão judicial ou substitua a sanção privativa de liberdade por restritiva de direitos para o autor que colabore espontaneamente com as autoridades.

III – É crime punido com reclusão, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

78.

I – Dispõe o Pacto de São José da Costa Rica que não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

II – O mesmo Pacto impõe que as penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a repressão e a prevenção do crime.

III – Consoante a Lei de Execução Penal, os condenados que cumprem pena em regime fechado poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visita à família.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

79.

I – Para os efeitos penais, o Código Eleitoral considera funcionários da Justiça Eleitoral os cidadãos que hajam sido nomeados para as mesas receptoras.

II – Nos crimes eleitorais cometidos por meio da imprensa, aplica-se a Lei de Imprensa e não o Código Eleitoral.

III – Sempre que o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo cominado, deve-se entender que ele será de um mês para a pena de detenção e de dois anos para a pena de reclusão.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

80.

I – A gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

II – A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

III – Para o STJ é possível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

81.

I – A ação penal no crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil depende de requisição do Ministro da Justiça.

II – A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

III – Caberá ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for proposta no prazo legal.

AZUL

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

82.

I – O perdão concedido a um dos querelantes aproveitará a todos e o perdão concedido por um dos querelados impede que os outros exerçam o direito de queixa.

II – A extinção da punibilidade só pode ser reconhecida até o momento da prolação da sentença.

III – A sentença absolutória no juízo criminal, por não estar provada a existência do fato, impede a propositura da ação civil decorrente do mesmo fato.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

83.

I – A competência será determinada pela continência quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

II – A restituição de coisas apreendidas, quando cabível, só poderá ser ordenada pela autoridade judicial.

III – A exceção de suspeição não pode ser oposta ao Delegado de Polícia.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

84.

I – Bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens para a decretação do seqüestro.

II – O exame de insanidade mental não poderá ser ordenado na fase de inquérito.

III – Todas as provas que não contrariem o ordenamento jurídico podem ser produzidas no processo penal, salvo as que disserem respeito ao estado das pessoas.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e III.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

85.

I – A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, salvo se os peritos entenderem que pode ser feita antes daquele prazo.

II – Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, o Delegado de Polícia providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos.

III – O juiz não ficará adstrito ao laudo, mas não pode aceitá-lo ou rejeitá-lo apenas em parte.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Está correta apenas a alternativa II.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (E) Estão corretas apenas as alternativas I e II.

86.

I – Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da imputação, o indiciado será informado pelo Delegado de Polícia do seu direito de permanecer calado, mas que o seu silêncio será interpretado contra sua futura defesa.

II – A confissão será divisível e retratável.

AZUL

III – Se o ofendido for intimado para ser qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração e deixar de comparecer, o Delegado de Polícia poderá conduzi-lo coercitivamente a sua presença.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

87.

I – O depoimento da testemunha será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

II – Não servirão como testemunhas os doentes e deficientes mentais.

III – A autoridade policial não dependerá de mandado na busca pessoal no caso de prisão, quando houver suspeita de que a pessoa esteja na posse de objetos que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Estão corretas apenas as alternativas I e III.

88.

I – Ocorre o flagrante presumido ou ficto quando o agente é perseguido, logo após, em situação que faça presumir ser autor da infração.

II – A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o agente praticar o fato acobertado por uma excludente de ilicitude.

III – A apresentação espontânea do acusado à autoridade impedirá a decretação da prisão preventiva.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.

(D) Está correta apenas a alternativa II.

(E) Está correta apenas a alternativa III.

89.

I – A autoridade policial não poderá conceder fiança em crimes punidos com pena de reclusão.

II – A citação do funcionário público deve ser acompanhada do ofício requisitório ao chefe da repartição em que o primeiro estiver lotado.

III – A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e II.
- (E) Estão corretas apenas as alternativas I e III.

90.

I – Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha pedido a absolvição.

II – Nos crimes da competência do Tribunal do Júri, quando o juiz se convencer da existência de excludente de culpabilidade, absolverá sumariamente o réu.

III – Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o inquérito policial é indispensável.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e III.
- (E) Estão corretas apenas as alternativas I e II.

91.

I – A irregularidade do inquérito policial pode contaminar o processo e ensejar a sua anulação.

II – A nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a dos atos que dele diretamente sejam consequência.

AZUL

III – No crime de tráfico de entorpecentes, o inquérito será concluído no prazo máximo de dez dias, se o indiciado estiver preso, e de trinta dias, quando solto, podendo ser duplicados pelo juiz, mediante pedido justificado da autoridade policial.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e II.
- (E) Estão corretas apenas as alternativas I e III.

92.

I – A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

II – Nos crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, a autoridade policial lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima.

III – Ao autor da infração de menor potencial ofensivo que, após a lavratura do termo, assumir o compromisso de comparecer ao Juizado não se imporá prisão em flagrante.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e II.
- (E) Estão corretas apenas as alternativas I e III.

93.

I – Não se admitirá interceptação de comunicações telefônicas quando o fato constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

II – A interceptação telefônica pode ser determinada, de ofício, pelo juiz, ou a requerimento da autoridade policial ou do representante do Ministério Público.

III – Excepcionalmente, o juiz poderá admitir que o pedido de interceptação telefônica seja formulado oralmente.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.

(B) Estão erradas todas as alternativas.

(C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.

(D) Estão corretas apenas as alternativas I e II.

(E) Estão corretas apenas as alternativas I e III.

94.

I – A prisão temporária não cabe no crime de tortura.

II – Antes de decidir sobre a representação da autoridade policial para a prisão temporária, o juiz ouvirá, necessariamente, o representante do Ministério Público.

III – A prisão temporária terá o prazo de cinco dias, prorrogável por mais cinco, salvo para os crimes hediondos, em que terá o prazo de quinze dias, prorrogável por mais quinze.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e II.
- (E) Estão corretas apenas as alternativas I e III.

95.

I – A autorização de quebra de sigilo fiscal, bancário ou telefônico, no bojo de inquérito policial, pode ser combatida com mandado de segurança.

II – Em caso de prisão em flagrante efetuada por autoridade policial e comunicada ao juiz de direito, o órgão competente para conhecer eventual *habeas corpus* é o tribunal de justiça.

III – Se o *habeas corpus* for concedido em virtude de nulidade do processo, este será renovado.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e II.
- (E) Estão corretas apenas as alternativas I e III.

96.

I – No procedimento comum, as partes poderão oferecer documentos em qualquer fase do processo.

AZUL

II – A ausência de defesa técnica do réu é exemplo de ato inexistente.

III – A ausência de representação nos crimes de ação pública condicionada gera nulidade absoluta do processo.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e II.
- (E) Estão corretas apenas as alternativas I e III.

97.

I – Nos crimes contra a propriedade imaterial, cuja ação seja pública condicionada ou incondicionada, pode a autoridade policial agir de ofício, apreendendo o material ilicitamente produzido.

II – Nesses mesmos crimes, os acusados serão os fiéis depositários de todos os bens apreendidos, devendo colocá-los à disposição do juiz quando do ajuizamento da ação.

III – O procedimento sumário só se aplica aos crimes apenados com detenção e aos punidos com reclusão, estes praticados sem violência ou grave ameaça contra pessoa.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e II.
- (E) Estão corretas apenas as alternativas I e III.

98.

I – A lei processual penal admite interpretação extensiva e aplicação analógica.

II – A atividade da polícia judiciária, na apuração das infrações penais e da sua autoria, não exclui a de outras autoridades administrativas.

III – Para o STJ, a investigação contra Prefeito Municipal, em face da prerrogativa da função, apenas poderá ser realizada pelo órgão competente para oferecer eventual denúncia junto ao Tribunal.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Está correta apenas a alternativa I.
- (E) Está correta apenas a alternativa III.

99.

I – A reprodução simulada dos fatos pode ser feita, desde que não contrarie a moralidade ou a ordem pública.

II – Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

III – Durante o inquérito, o ofendido e o indiciado não poderão requerer qualquer diligência, devendo aguardar o momento da ação penal.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e II.
- (E) Está correta apenas a alternativa I.

100.

I – A autoridade policial não pode determinar o arquivamento de inquérito policial.

II – Nos crimes de ação de iniciativa privada, o delegado não poderá instaurar o inquérito sem manifestação expressa do ofendido ou de seu representante legal.

III – A incomunicabilidade do indiciado dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitida quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

- (A) Estão corretas todas as alternativas.
- (B) Estão erradas todas as alternativas.
- (C) Estão corretas apenas as alternativas II e III.
- (D) Estão corretas apenas as alternativas I e II.
- (E) Está correta apenas a alternativa I.